

**Comunicado Conjunto do Conselho Executivo da Cim Alto Minho e do
Conselho Empresarial do Vale do Lima e Minho**

Novas Portagens no Alto Minho? É tempo de dizermos basta!

*Primeiro vieram tirar-nos o ensino e a saúde de proximidade,
E eu não levantei a minha voz, porque não estudava, nem estava doente.
Depois vieram confiscar-nos os rendimentos das nossas empresas,
E eu não levantei a minha voz, porque não era empresário.
Depois vieram asfixiar-nos as nossas autarquias,
E eu não levantei a minha voz, porque não era autarca.
Depois vieram introduzir-nos novas portagens,
E eu não levantei a minha voz, porque não era utilizador.
Depois vieram despedir-me,
E já não havia mais ninguém, Que levantasse a voz por mim!*

Adaptado de Martin Niemöller (1892–1984)

O Alto Minho até há cerca de duas décadas não dispunha de uma rede de infraestruturas rodoviárias com níveis mínimos de qualidade para responder ao aumento da circulação de mercadorias, da mobilidade de cidadãos e de turistas, ou da instalação de novas empresas e serviços.

No entanto, ao longo dos últimos anos, foi possível promover uma substancial qualificação da rede de infraestruturas rodoviárias do Alto Minho.

Com essa nova rede de infraestruturas rodoviárias, o Alto Minho viu reduzida a menos de uma hora as ligações com o Porto, Braga/Guimarães e Vigo, alargando o seu mercado económico de proximidade para mais de 3 milhões de habitantes.

Com essa nova rede de infraestruturas rodoviárias, o Alto Minho, a zona de fronteira mais densamente povoada do País e aquela que apresenta o maior tráfego de passageiros e mercadorias transfronteiriças ao nível nacional, tem vindo a potenciar enormemente as relações económicas e sociais com a vizinha Galiza.

Com essa nova rede de infraestruturas rodoviárias, o Alto Minho tem vindo a reforçar substancialmente a sua orientação exportadora de bens, que passou de 30% do PIB em 2004 para 42% do PIB em 2011.

Com essa nova rede de infraestruturas rodoviárias e uma aposta consistente do poder local e das principais instituições empresariais e do ensino superior numa estratégia de acolhimento empresarial de novas atividades inovadoras predominantemente inseridas em clusters de média e alta tecnologia, o Alto Minho tem vindo a apresentar um saldo positivo da balança comercial de bens, representando uma taxa de cobertura (123%) claramente superior à média nacional (72%).

Embora não seja condição suficiente, a utilização desta nova rede de infraestruturas rodoviárias é, no entanto, indispensável para uma importante evolução dos níveis de competitividade do Alto Minho.

Porém, a partir de 2010, o modelo adotado na introdução de portagens nas ex-SCUT, tem vindo a originar um acréscimo muito significativo de custos de mobilidade para as pessoas e empresas sedeadas no Alto Minho, um território cujos níveis de competitividade, apesar da evolução favorável, não atingem sequer os 70% do PIB/capital médio nacional.

Estes custos, não previstos pelas empresas à data da sua instalação, aliados às dificuldades de implementação de mecanismos de agilização de pagamento das portagens para viaturas com matrícula estrangeira (sobretudo para os Galegos com quem existem fortes laços comerciais e turísticos), fizeram, na prática, regressar o efeito de barreira fronteiriça.

Como resultado do modelo adotado na introdução de portagens nas ex-SCUT assiste-se atualmente a uma redução substancial da dimensão e atratividade do mercado económico potencial do Alto Minho.

Como resultado do modelo adotado, associada à insuficiente promoção turística externa do território, tem-se vindo a assistir a uma queda significativa da procura turística do Alto Minho.

Como resultado do modelo adotado, implementado, ainda por cima, durante a presente crise económica e financeira, a rede de ex-SCUTS do Litoral Norte está a esvaziar-se vertiginosamente (redução de mais de 30% entre Junho de 2010 e Junho de 2012), mesmo com os atuais esquemas de isenções e reduções do valor das portagens.

Como resultado do modelo adotado, em vez de autoestradas sem custos para os utilizadores, passamos, cada vez mais a ter, Autoestradas com custos, mas sem utilizadores.

Como resultado do modelo adotado, a rede de estradas nacionais ditas alternativas, estão cada vez mais congestionadas e com problemas cada vez mais graves de degradação de pavimentos e de sinistralidade.

Como resultado do modelo adotado, implementado, ainda por cima, na atual situação de grave crise económica e financeira, assiste-se a uma aceleração brutal do número de falências e dos níveis de desemprego no Alto Minho.

Em síntese e conforme se conclui num estudo recentemente divulgado da consultora Ernst & Young, o prejuízo económico do modelo adotado na introdução das portagens na ex-SCUTS é muito superior ao benefício líquido para a Estradas de Portugal (EP).

O aumento de tempo das deslocações e o crescimento da sinistralidade causados pelo desvio de tráfego para a rede de estradas secundárias são os dois fatores económicos, não ponderados na altura, que levam a esta conclusão.

Mas, mais graves ainda, diríamos nós, são os custos do modelo adotado na introdução de portagens nas ex-SCUT relacionados com as perdas de rendimento das pessoas e empresas do Alto Minho, com o acréscimo substancial do volume financeiro dos subsídios de desemprego, ou com a perda de oportunidade de captação de novos investimentos estrangeiros.

Porém, em vez de se rever o modelo adotado, anuncia-se, agora, a introdução de novas portagens nas no Alto Minho.

Ora, se a manutenção do atual modelo tem resultado num grave prejuízo económico, a introdução de novas portagens condicionando o acesso das principais artérias de ligação quotidiana ao coração do Alto Minho, será, sem dúvida, catastrófica para os cidadãos e as empresas que vivem, trabalham e investem no Alto Minho, imputando-lhes novos custos insuportáveis em deslocações casa-trabalho ou no transporte de mercadorias dentro do principal espaço de vida e trabalho diário e quotidiano do Alto Minho.

Assim, o Conselho Executivo da CIM Alto Minho e o Conselho Empresarial dos Vales do Lima e do Minho, hoje reunidos, deliberam:

1. Manifestar a total oposição à introdução de quaisquer novas portagens no Alto Minho, situação que, pelas razões expostas, seria catastrófica e significaria um recuo civilizacional de pelo menos duas décadas para os seus cidadãos e empresas, um aumento substancial do desemprego e consequente redução das condições sociais da população;
2. Solicitar o agendamento de uma reunião do Conselho Regional do Norte no sentido de deliberar sobre o modelo das atuais portagens nas ex-SCUT, uma vez que este afeta gravemente, não apenas o Alto Minho, mas também outros subespaços regionais do Norte de Portugal, paradoxalmente, a região mais pobre do País, mas, também, de longe, a região nacional mais exportadora e aquela onde vivem mais portugueses;
3. Solicitar ao Senhor Primeiro Ministro uma audiência urgente no sentido de voltar a debater o modelo em vigor nas atuais portagens nas ex-SCUT no Alto Minho face aos resultados extremamente negativos da sua aplicação, solucionando ainda, em definitivo, a interoperabilidade entre os sistemas de pagamento entre Portugal e Espanha;
4. Sensibilizar o Senhor Presidente da República no sentido de, no âmbito da sua magistratura de influência, fazer chegar ao Governo a necessidade de impedir qualquer nova discriminação negativa das populações e empresas do Alto Minho, um território com níveis de desenvolvimento económico e social claramente abaixo da média nacional.